

**Um estudo de caso de Política cultural na História do Brasil Contemporâneo:
Paschoal Carlos Magno (1962-1964).**

Monike Garcia Ribeiro¹

Resumo:

Pretende-se discorrer sobre um projeto cultural chamado de Trem/Caravana da Cultura, cujo autor foi o Secretário Geral do Conselho Nacional de Cultura - Paschoal Carlos Magno, ocorrido na década de 60. O conjunto documental que ensejou esta pesquisa faz parte do Arquivo CFC/Minc, o referido projeto Trem/Caravana da Cultura perdurou de 1962 a 1964, quando foi extirpado pelo golpe civil-militar em 64. No âmbito dos estudos sobre política cultural destaca-se este projeto para a História do Brasil Contemporâneo e para a Memória Social.

Palavras-chave: Política – Cultural; Memória- Social; História do Brasil Contemporâneo.

Abstrat:

This paper discuss about a cultural Project called "Trem/Caravana da cultura", which author was the National Adviser of culture's general secretary – Paschoal Carlos Magno, occurred in the 60's decade. The documental set that lead to this research is part of 1964, when it was extirpated by the civil-military blow in 1964. About Cultural politic studies, this project contemporaneous Brazilian history and about Social memory detach themselves.

Key-Words: Politic-Cultural; Memory Social; History of Contemporary Brazil;

Introdução

O nosso objetivo neste *paper* é abordar historicamente, buscando situar no nível teórico-temático da memória social e da política cultural, alguns pontos importantes sobre o projeto cultural "Trem/Caravana da Cultura" – um projeto político-cultural desenvolvido no período do Brasil Contemporâneo, na década de 60, tendo como mentor intelectual o embaixador Paschoal Carlos Magno, que à época ocupava o cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Cultura. Pretende-se ainda, neste presente ensaio temático também descrever e abordar analiticamente uma série documental que foi gerada por este mencionado projeto cultural concebido pelo Secretário Geral do Conselho Nacional de Cultura, Pachoal Carlos Magno, considerando o contexto histórico da trajetória do Trem/Caravana da Cultura, relacionado ao período situado entre os anos de 1962 a 1964.

Ao longo do texto, tomamos e compreenderemos *política cultural*, a grosso-modo, como uma expressão que se refere antes de tudo a políticas públicas, ou seja, a ações

¹ Doutoranda do programa de Pós-graduação em História Comparada (UFRJ-IFCS), Mestre em Memória Social (UNI-RIO). Historiadora (UFRJ). Bacharel em Museologia (UNI-RIO). Pesquisa iniciada no ano de 2007, enquanto foi Bolsista da Casa Rui Barbosa/Faperj do projeto *Ação Federal na cultura: História e Memória* (Setor: Política Cultural).

emanadas de governos federais, estaduais ou mesmo municipais em prol da cultura, visando sua acessibilidade à população. Desta forma, a criação do Conselho Nacional de Cultura pelo governo Vargas pode ser apontada como exemplo de um gesto estatal pensado com vistas ao gerenciamento da cultura. Acompanhando as reflexões de Anita Simis², adotaremos seu conceito de políticas culturais com vistas a guiar teoricamente a nossa pesquisa :

Entendo a política cultural como parte das políticas públicas. (...) A expressão política pública possui diversas conotações, mas aqui significa a escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, para o futuro, cuja responsabilidade é de órgãos governamentais, agem almejando o alcance público, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão.

Apoiar-nos-emos, inicialmente, na documentação relativa ao referido projeto denominado “Trem da Cultura”, considerando que o mesmo, em um segundo momento, foi viabilizado com o nome de “Caravana da Cultura”. Atualmente, esta documentação está guardada no recém criado Arquivo CFC/Minc, alocado no Palácio Gustavo Capanema-RJ sob os cuidados de recuperação do Setor de Política Cultural da Casa de Rui Barbosa³. O projeto Trem/Caravana da Cultura da década de 60, juntamente com o Conselho Nacional de Cultura (criado no Estado Novo), constitui, para nós, exemplos de políticas públicas encaminhadas por governos brasileiros com vistas a fomentar a cultura. Abordar o projeto cultural Trem/Caravana da Cultura é reportar-se sobre o papel dos conselhos de cultura, como foi o exemplo do Conselho Nacional de Cultura criado em 1938, como sendo importantes mecanismos de gestão para a área cultural.

As fontes históricas que estão relacionadas ao projeto-cultural Trem/Caravana da Cultura nos remetem para um período histórico do Brasil Contemporâneo que está compreendido entre os anos de 1962 a 1964. Conhecemos um contexto histórico-político peculiar neste período do Brasil contemporâneo, particularmente com relação às questões relacionadas à vigência de Paschoal Carlos Magno à frente do Conselho Nacional de Cultura com a função de secretário-geral, período no qual pôde colocar em prática seu principal projeto na área da política Cultural, que foi o projeto cultural Trem da Cultura/Caravana. O mais marcante traço político do período relaciona-se ao fato de que foi neste curto espaço de tempo, entre os anos 1962 a 1964, que o Brasil teve até, pode-se dizer “dois governantes”, no sentido de que experimentou pela única vez, na História do Brasil Contemporâneo, o *regime parlamentarista*, no qual o Primeiro Ministro Tancredo Neves assumiu este cargo após a renúncia do Presidente Jânio Quadros (em 25 de agosto de 1961). Uma pequena retomada deste contexto será oportuna.

Após ter vencido as eleições, Jânio Quadros recebeu o cargo de Presidente da República das mãos de Juscelino Kubitschek, na cerimônia de transmissão de faixa em 31 de janeiro de 1961; em contrapartida, o vencedor do cargo de Vice- Presidente foi o seu opositor João Goulart. Esta característica das regras do jogo eleitoral brasileiro da época – a

² RUBIM, Antonio Albino C. & BARBALHO (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007; p.133

³ O projeto *Ação federal na cultura: História e Memória* permite a Casa de Rui Barbosa coordenar o processo de recuperação da documentação do arquivo CFC/Minc, sob a coordenação da chefe do setor de política cultural e Doutora em História Lia Calabre.

possibilidade de que uma composição presidencial fosse produzida a partir de políticos de origens partidárias distintas e sem participarem originalmente do mesmo sistema de alianças políticas, constitui o ponto nodal para uma série de problemas políticos do período. No que se refere à eleição da composição Jânio Quadros/ João Goulart, aparecia aí instalado um problema a ser digerido por uma ala dos militares. Além disto, vale ressaltar ainda que, em relação ao contexto histórico que envolve o período de existência do Trem/Caravana da Cultura, vigorava na História do Brasil Contemporâneo uma fase de prática e ideologia política que é habitualmente referida pelos historiadores como “Populismo”. Aliás, a prática do populismo foi bem exemplificada pela personalidade e ação política do Presidente Getúlio Vargas (governo na qual foi criado o CNC).

A expressão *Populismo*⁴ é comumente empregada para designar uma prática ou linha de ação política que busca situar, no centro de toda ação política, o “povo”, enquanto massa que pode ser conduzida ou manipulada para constituir uma força significativa em contraponto aos mecanismos de representação próprios da democracia representativa. Do ponto de vista do governante, o conceito se relaciona a um modo de governo amparado por uma combinação de autoritarismo e “liderança carismática” (sendo este último um conceito que se difundiu a partir de Max Weber, 1991), considerando que, para o caso do “populismo”, estabelece-se um vínculo emocional entre as massas urbanas e o líder carismático. A expressão “populismo”, habitualmente, é mais empregada para a compreensão de certas realidades político-sociais relacionadas à História da América Latina, a partir dos anos 1930, no contexto da industrialização, urbanização e desagregação das estruturas oligárquicas, que para o caso brasileiro podem ser bem representadas pelo período anterior, relacionado à Primeira República (República Velha). O uso da expressão para realidades históricas da política brasileira, desde Vargas até Jânio Quadros ou João Goulart, tem sido objeto de polêmica entre historiadores diversos.

Também se pode perceber, nesta breve contextualização, que a história do Projeto Cultural Trem/Caravana da Cultura mistura-se com a figura marcante do embaixador Pachaoal Carlos Magno. Criador e criatura, no entanto, tiveram seus caminhos cortados pelo regime militar instaurado após o golpe civil-militar de 1964. Como exercício intelectual será salutar apontar as potencialidades desta documentação para futuras pesquisas históricas, não só no âmbito da Memória Social, Política Cultural ou História do Brasil Contemporânea, mas também para vários outros campos, como veremos nas considerações finais do ensaio.

⁴ -Para um estudo acerca do *Populismo no Brasil*, ver WEFFORT, 1989.

Trem/Caravana da cultura



Como o projeto Trem da Cultura em 1962 fora inviabilizado, a sua concepção fora remodelada, mas preservando as linhas principais, transformando-se em “Caravana da Cultura” entre os anos de 1963 até 1964. O Projeto Cultural “Caravana da Cultura” percorreu parte do sudeste, nordeste e o sul do Brasil, segundo o plano de seu idealizador, o Secretário-Geral do CNC- Paschoal Carlos Magno. A sua idéia com este projeto era “levar cultura onde não existia”, democratizando o acesso às diversas manifestações culturais⁵. A idéia deste projeto vai ao encontro com as atuais definições conceituais de políticas culturais, bem como, as expressou o antropólogo argentino Nestor García Canclini ao considerar que

os estudos recentes tendem a incluir sobre este conceito todo conjunto de intervenções realizadas pelo estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de (...) satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para (...) transformação social. Mas esta maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais necessita ser ampliada tendo em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da atualidade⁶.

Foi a Ditadura Militar quem impediu a continuidade do projeto Caravana da Cultura, como ainda destituiu o seu mentor intelectual do cargo de secretário geral do Conselho Nacional de Cultura com o concomitante prejuízo para a carreira diplomática de Paschoal Carlos Magno. Abordar as políticas culturais encaminhadas no decurso deste período

⁵ “Cultura”, no sentido proposto pelo projeto, referia-se naturalmente à idéia de uma “alta cultura”, ou de uma “cultura formalizada”, passível de ser oferecida pelos meios governamentais aos diversos setores da população. Obviamente que cada localidade, cada setor social, todos os setores sociais em seu conjunto, possui sempre “cultura” em qualquer direção que os encaremos, já que a “cultura”, compreendida de acordo com o viés histórico-antropológico, vai muito além da mera cultura formalizada ou das manifestações da “alta cultura”.

⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2005, p.78.

histórico que precede a instalação da Ditadura Militar no Brasil é se misturar com a atuação vigorante do inovador Paschoal Carlos Magno.

Em um livro de memórias sobre a vida de Paschoal Carlos Magno publicado em 1983⁷, ele mesmo conta histórias de sua vida em formato de depoimento pessoal; nos trechos do depoimento relacionados ao ano de 1962, ele não menciona a existência de um projeto chamado “Trem da Cultura”, referindo-se apenas ao projeto “Caravana da Cultura” nos anos de 1962/1963 (p.38). É ainda interessante verificar, nesta narrativa de memórias, uma lacuna nas suas lembranças, pois ele esquece o ano de 1964, saltando-o diretamente para o ano de 1965, sem mencionar também a razão do fim do Projeto Caravana da Cultura⁸.

À altura dos acontecimentos que presentemente tratamos, em 1962, o Conselho Nacional de Cultura era ligado ao Ministério da Educação e Cultura. “Com as mudanças políticas do país, já em 1962, o conselho retorna para a subordinação do Mec, mantendo as suas atribuições”⁹. As lacunas no governo brasileiro em relação a um órgão que centralizasse as atividades culturais, até então dispersas, tornaram imperiosas as necessidades da criação do Conselho Nacional de Cultura. O Conselho Nacional de Cultura teve como atribuição fixar critérios para a concessão de subvenções, auxílios, bolsas de estudo, a serem concedidos pelo governo Federal a pessoas ou entidades privadas. Por ser um órgão consultivo do governo, o CNC teve por tarefa tornar acessível, por todos os meios ao seu alcance, a cultura, promovendo para isso a realização de Concertos, salões, exposições, mostras, festivais, concursos nacionais ou internacionais de caráter cultural.

A respeito do conselho nacional de Cultura, há um relato interessante de Carlos Drummond de Andrade¹⁰ em um livro publicado em 1985, baseado nas suas memórias. A obra intitula-se “O Observador no escritório”, e nela Drumond de Andrade discorre sobre a sua rápida passagem por este órgão do governo na década de 60. Para sermos mais precisos, a trajetória do poeta por este órgão governamental correspondeu ao curto governo de Jânio Quadros, em cuja administração governamental lhe foi estendido o convite para se tornar membro do conselho Nacional de Cultura. A narrativa de Drummond sobre o CNC inscreve-se no ano de 1961, ele começou a dar o seu testemunho com data de 23 de março de 1961, e terminou em 13 de julho do mesmo ano, quando a esta altura, havia pedido a sua exoneração do cargo através de um telegrama ao Presidente Jânio Quadros, onde ele justificou tal pedido por se julgar *inútil para o CNC e por achar ineficiente o mesmo órgão*. Essas são as palavras de Drummond sobre o CNC, em 23 de março de 1961:

⁷ MAGNO, Paschoal Carlos. *Dепoimento Pessoal*. Coleção Brincante : UFC, 1983; p.38/39.

⁸ A memória é lida como a “dialética da lembrança e do esquecimento”. Lembramos aquilo que é significativo para nós, de modo que “fica o que significa”, conforme as palavras de Ecléa Bosi (*Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1987, p. 27). Ver também BOSI, Ecléa. *O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

⁹ CALABRE, Lia. “Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas.” In: RUBIM, Antonio Albino C. & BARBALHO (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.p.90

¹⁰ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório: páginas de diário/ Carlos Drummond de Andrade*. – Rio de Janeiro: Record, 1985; p.129/130.

Os jornais noticiam a escolha dos membros do Conselho Nacional de Cultura. Fui incluído na comissão de Literatura, ao lado de Alceu Amoroso Lima, (...). Rumino minhas dúvidas sobre se devia aceitar ou não aceitar a designação. Acho o Conselho inútil, para não dizer inconveniente. O Ministério da Educação e Cultura já conta com vários órgãos incumbidos de atuar no processo cultural, (...). O Ministro é geralmente político, interessado em soluções políticas; em um órgão como esse, desejoso de atuação descompromissada, não terá autoridade ou se chocará com a orientação governamental. E em que consistirá a 'política cultural' do governo, que incumbe ao Conselho propor? (...).¹¹

Apesar de que na sua narrativa (mesmo dia 23 de março de 1961), na mesma página, Drummond se lembra de uma conversa que teve com o seu colega Arnaldo Pedroso d'Horta, na qual, através do comentário do seu colega, Drummond "relativiza" o valor do CNC, pois para d'Horta uma positiva situação similar aconteceu em São Paulo. "À tarde, em conversa com Arnaldo Pedroso d'Horta, este se manifesta esperançoso na ação do Conselho, à vista de experiência similar, feita em São Paulo, que teve rendimento no campo do cinema e do teatro, graças à assistência financeira dos bancos, obtida pela organização estadual".¹² É bem claro que o nosso objetivo, é mostrar que ao aceitar o convite Drummond tinha ainda uma visão ainda dúbia e obscura das possibilidades futuras do conselho, mas quase quatro meses depois ele abandona o conselho. "Em telegrama ao Presidente da República, Jânio Quadros, pedi exoneração do Conselho. Acho inútil minha presença lá, e duvido da eficiência desse órgão". (Drummond, 1985, p.129)

Na fase de planejamento do projeto cultural, Trem da Cultura, antes mesmo de sua realização (ressaltamos que ele não se concretizou como trem), houve uma grande repercussão na imprensa, o que se encontra registrado nos diversos recortes de jornais encontrados na gaveta referente ao Conselho Nacional de Cultura do Arquivo CFC/Minc. O jornal *Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro) datado de 20 de julho de 1962, afirmava que: "O plano de atividades do CNC (...) inclui a viagem de um Trem Cultural, com seis vagões, contendo exposições de artes plásticas, pintura e vários painéis apresentando os diversos aspectos da cultura brasileira. Percorrerá 17 cidades do interior nos percursos Rio-São Paulo e Barra do Piraí-Belo Horizonte".

Outro veículo da imprensa escrita, o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) de 22 de agosto de 1962 mostrou a repercussão do projeto com o seguinte título e texto: "Sete Vagões no Trem da Cultura: Já está projetado, arquitetonicamente, o programa idealizado pelo embaixador Paschoal Carlos Magno, com a denominação 'Um trem chamado cultura'". Durante o período em que o CNC foi recriado (1961) e a fase de vigência de Paschoal Carlos Magno no CNC (que foi de 1962 a 1964), bem como, do seu principal projeto Trem/Caravana da Cultura (1963 a 1964), o Brasil atravessava, em sua história-política, uma curta existência do regime parlamentarista, vigorando de setembro de 1961 a janeiro de 1963. "É no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, criado logo depois da Revolução de 30, tendo como titular Gustavo Capanema, que ficou no cargo por longo período (1934-1945), que se

¹¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório: páginas de diário/ Carlos Drummond de Andrade*. – Rio de Janeiro: Record, 1985; p.129.

¹² Idem.

criam o Conselho Nacional de Cultura – decreto-lei nº526 em 1938-; o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- decreto-lei nº 25 de 30/11/1937-; (...)".¹³

Não foi a turbulência política, entretanto, que atrapalhou os planos e a concretização do projeto “Trem da Cultura”, e sim, segundo as próprias palavras de Paschoal, anos mais tarde – em 1974, em entrevista a revista VEJA – foi “a indiferença dos dirigentes da rede ferroviária, que indeferiram todos os meus pedidos. Neste país, uma pessoa que sonha mais alto em termos de cultura é motivo de sorrisos e anedotas. (...). Mas não desanimei. Como secretário do CNC ainda tentei algo. E graças ao Ministério da Educação e Cultura e a boa vontade de centenas de pessoas, fizemos a Caravana, que durante meses percorreu o interior.”¹⁴

No Arquivo CFC/Minc, na gaveta CNC, há um processo de 15 de março de 1966; 206723/66, pasta 1 (listagem, número33), na qual consta um relatório do CNC sobre a Caravana da Cultura. Neste relatório de três páginas há explicações interessantes sobre o Projeto Trem da Cultura e o Caravana da Cultura:

O Conselho Nacional de Cultura, em sua sessão de 12 de junho de 1962 havia aprovado a realização do ‘Trem da Cultura’, que tinha por finalidade exibir, num resumo antológico, as nossas diversas manifestações culturais (...). Embora todos os nossos esforços o ‘Trem da Cultura’ encontrou obstáculos imensos que impediram até o presente momento a sua efetivação. Resolveu o Conselho Nacional de Cultura, cuja ação deve ser o interior do Brasil, nos locais onde dificilmente têm penetrado as mais lídimas expressões da nossa cultura, patrocinar a ‘Caravana da Cultura’, que visitou Além Paraíba, Muriaé, Salvador, Feira de Santana, Aracaju (...), distribuindo livros e discos de música erudita ou popular. Várias cidades decretaram feriado municipal à passagem da ‘Caravana da Cultura’ (...). [página, 1].

A renúncia do presidente eleito Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, lançaria a política brasileira em um período conturbado. Em seguida, ocorreria a breve experiência parlamentarista (O Primeiro Ministro fora Tancredo Neves), e somente com a revogação desta emenda parlamentarista, possibilitou-se ao presidente João Goulart reassumir a presidência do Brasil com plenos poderes em 23 de janeiro de 1963. Segundo a documentação no Arquivo CFC/Minc, que está sob os cuidados de recuperação da Casa Rui Barbosa, constata-se que os projetos culturais “Trem da Cultura” e “Caravana da Cultura” atravessaram estes períodos políticos controvertidos sem cortes ou restrições orçamentárias por parte dos governantes, que nos podem levar a crer a tamanha influência política e respeitabilidade do Embaixador Paschoal, que era o secretário geral do Conselho nacional de Cultura, e o único mentor intelectual de ambos os projetos.

Durante a vigência do Trem/Caravana da Cultura, vigorava na História do Brasil Contemporâneo, tal como já fora afirmado por nós, uma fase de prática e ideologia política populista¹⁵ que teve suas próprias especificidades, com implicações para a questão histórica

¹³ RUBIM, Antônio Albino Canelas & BARBALHO, Alexandre (orgs). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 110.

¹⁴ FUNARTE – CEDOC. Recorte de Jornais. “A barca do poeta”. Revista veja, 27 de fevereiro, 1974.

¹⁵ “Ideologicamente, estes movimentos se caracterizam por uma retórica dirigida contra a oligarquia e o sistema vigente, ... , numa linguagem que não toma essas questões em termos de luta de classes. O que importa, para a legitimidade da ideologia, é que esta emane do líder, seja, ‘sua criação’ e não de outros ideólogos. Os líderes carismáticos na América Latina – da mesma forma que muitos

que presentemente discutimos. Apesar da conturbação, instabilidade e mudanças no cenário político um projeto-cultural ousado podia acontecer sem intervenções políticas. Uma das características da História do Brasil contemporâneo foi à existência da prática política populista que a grosso-modo foi uma fase marcada pelo vazio hegemônico de poder, onde, nenhum setor da sociedade ou classe-social tem força suficiente para liderar a política nacional, nesta situação a figura “marcante” dos presidentes imperava.

A história institucional ou constitucional do CNC remonta às décadas dos anos trinta, governo Vargas, ou seja, a um período bem anterior ao ano de 1962. É bem verdade que aqui, nós escolhemos nos reportar à história do CNC a partir de 1962, ou seja, apenas à gestão do Embaixador Paschoal Carlos Magno, iniciada no ano em que ele foi nomeado secretário geral do Conselho nacional de Cultura. O CNC foi recriado em 23 de fevereiro de 1961 no governo Jânio Quadros, sob o decreto número 50 293, sendo subordinado ao Presidente da República. Segundo a documentação do recém Arquivo CFC/Minc a existência concreta do CNC, atuando no âmbito cultural, valendo-se de políticas culturais, começa em 1962 sob a orientação do Secretário Geral Paschoal Carlos Magno, que criou diversos eventos culturais. A cópia do decreto de 23 de março de 1962, também guardada no Arquivo CFC/Minc, dispõe sobre o papel do Conselho nacional de Cultura .

Em 2006, foi constituído o novo arquivo CFC/Minc sob os auspícios da Casa de Rui Barbosa, composto basicamente pela documentação referente aos Conselhos Federal e Nacional de Cultura (CNC e CFC), correspondendo ao período entre 1962 a 1990 (até o presente momento). No âmbito da série documental Trem/Caravana Cultura é que nos foi possível descobrir este projeto Trem da Cultura. Há um desconhecimento por parte da maioria dos estudiosos da área de política cultural acerca da existência deste projeto cultural, Trem da Cultura (nos referimos à sua única existência no plano teórico), e ocorre um desconhecimento também por parte dos biógrafos de Paschoal Carlos Magno.

Achamos primordial retomar aqui as considerações de Jacques Le Goff, historiador para o qual a História pode ser estimulada e encontrar seus materiais através do estudo e pesquisa sistemática nos “Lugares Topográficos”, como os Arquivos, as bibliotecas e os museus. Estes Lugares, por outro lado, não foram constituídos pelo homem ao longo da História de forma aleatória – não seria um produto da natureza, mas sim, um desejo das sociedades de controlarem a memória das próximas gerações. “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à Ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”¹⁶.

Mas já para o Historiador (também francês) Pierre Nora, os Arquivos, Museus e Bibliotecas são Lugares de Memória, que guardam uma gama diversa de documentos conforme a sua especificidade, mas, acima de tudo, os Lugares de Memória preservam os

africanos atualmente – são criadores de ideologia. Daí surgem o Varguismo, o peronismo, ..., como doutrinas originais”. GRACIARENA, Jorge. *Poder y classes sociales en El desarrollo de América Latina*. Buenos Aires/Paidós. 1967.p131/2

¹⁶ LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1990.pp,535

traços deixados pelos homens. Este gesto de determinar o que será merecedor de preservação é um ato soberano do homem e são, sobretudo, as elites que detêm este poder de escolha. Para Nora “os Lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque estas operações não são naturais”. ¹⁷

Existem ainda algumas instituições de guarda de documentação que preservam documentos referentes aos atos e projetos culturais de Paschoal Carlos Magno, mas que desconhecem que antes da Caravana da Cultura e mais tarde Barca da Cultura, houve um projeto antecessor chamado de Trem da Cultura. Foi através das iniciativas do setor de Política Cultural, da Casa de Rui Barbosa, em abrir um arquivo para cuidar do processo de recuperação destes documentos, resgatando e pesquisando parte da história da Política cultural no Brasil, que esta importante documentação pode se encontrar ao acesso dos pesquisadores.

Vale lembrar aqui os ditos de outro renomado historiador francês.

Marc Bloch teria escrito: ‘Não obstante (...), os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, depende de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações’[1941-42, pp.29-30].¹⁸

Na concepção original, como já explicitamos mais acima, o projeto cultural possuía o nome de Trem da Cultura, conforme o documento de proposição do Secretário Geral Paschoal Carlos Magno em 12 de junho de 1962. Após a apreciação, o Conselho Nacional de Cultura aprovou o evento cultural que consta, em um único documento, no processo 115/62-cnc/mec. O Secretário Geral do CNC, neste documento processual, dirige-se aos “Senhores membros do conselho Nacional de Cultura. Submeto a alta apreciação desse conselho, a idéia desta secretaria geral em levar a cultura às cidades do interior, através de um trem que receberá o nome de Trem da Cultura”¹⁹. Esse projeto gerou uma série documental compreendendo várias fases, do planejamento à implantação do projeto em si. Esta série encontra-se toda no Arquivo CFC/Minc e apresenta potencialidades historiográficas.

Primeiramente descreveremos os aspectos relativos ao primeiro conjunto da documentação, ou seja, aquele que se refere à fase de idealização e busca de apoio do projeto. Conforme o requerimento enviado ao Conselho Nacional de Cultura, na pasta Cnc/Mec, processo 115/62 datado respectivamente em 12 e 13 de junho de 1962, assinado pelo próprio Secretário Paschoal Carlos Magno. A idéia, segundo o documento citado acima, era constituir um trem com seis vagões que levariam exposições de música, pintura, teatro, literatura, história e ciências. No primeiro momento, o Trem partiria de D.Pedro II até São

¹⁷ In: NORA, Pierre. *Lêis Lieux de Mémoire*. Vol. 1. La Republique.Paris,Gallimard,1984, p25

¹⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1990. p, 544.

¹⁹ Arquivo CFC/Minc. Gaveta do Conselho Nacional de Cultura. Processo115/62.

Paulo, parando por um dia nas cidades que compreenderiam: Barra do Piraí, Volta Redonda, Rezende, Queluz, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida do norte, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Capôs, Jacareí, Mogi das Cruzes e São Paulo. Os vagões transportariam elencos que representariam para as crianças e adultos. Os músicos e dançarinos atuariam em praças públicas, jardins e em recintos fechados. O primeiro vagão do trem seria de pintura e arquitetura com obras de Visconti, Portinari, Di Cavalcanti, Guignard, Pancetti, abstratos informais e abstratos geométricos, além de uma exposição sobre Arquitetura colonial do Rio e de Brasília.

O segundo Vagão faria uma exposição da História com material sobre D. João VI, D. Pedro I (seria exibida a fantasia vencedora do carnaval, já cedida por seu proprietário), D. Pedro II, Tiradentes e Pedro Alvarez Cabral. O terceiro vagão do trem teria a parte da música, com material sobre Villa-Lobos, Carlos Gomes, Noel Rosa, Carmem Miranda (seu vestuário) e Francisco Alves. Ao quarto vagão ficaria reservado à literatura, que terá como representantes: Castro Alves, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rui Barbosa e Machado de Assis. O quinto seria de Ciências e nele seriam apresentados Carlos Chagas, Manuel de Abreu (inventor da abreugrafia / chapa radiológica), Bartolomeu de Gusmão, Santos Dumont, Oswaldo Cruz, Barão de Mauá e Bernardes Sayão (marcha para o interior).

No sexto vagão ficariam os setores de teatro e dança, com Martins Pena, "Os Comediantes", Teatro do Estudante e Serviço Nacional de Teatro. No documento ainda consta a existência, também, de um vagão-dormitório para a equipe que funcionaria em revezamento. O projeto foi idealizado no dia 12 de junho de 1962 e aprovado no dia seguinte conforme o verso do documento, no valor requisitado, desde o começo, de cr\$ 3 000 000,00 (três milhões de cruzeiros) pelo secretário geral Paschoal Carlos Magno. Cabe ressaltar que o projeto foi idealizado e aprovado pela mesma pessoa, que respectivamente era criador e secretário geral do CNC, que cuidava da verba orçamentária. Daí a explicação para a rapidez desta fase que, em outros projetos, provavelmente, demandariam mais de um dia. Portanto, o secretário/criador do projeto Trem da Cultura não teve que enfrentar nesta fase nenhuma oposição.

Considerações finais

Acreditamos que os documentos preservados e guardados no recém-criado Arquivo CFC/Minc, referentes ao Trem /Caravana da Cultura, se mostram interessantes para a História Política, História Institucional, História Cultural, e mesmo para História da Cultura Material. Com relação à História da Cultura Material, a documentação situa-nos em um espaço geográfico e momento histórico de desenvolvimento no âmbito dos transportes e comunicações que é o de um Brasil que, apesar da valorização da malha rodoviária em detrimento do complexo ferroviário, ainda apresentava uma rede ferroviária razoavelmente atuante para aventar o projeto Trem da Cultura.

Esta malha ferroviária, colocada na documentação com a descrição do caminho que deveria ser seguido pelo Trem da Cultura, mostrava-se ainda operante no sentido de unir através de ferrovia uma série de cidades entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Tal Projeto, certamente, não seria possível na atualidade, onde a rede ferroviária foi desativada em

muitas das localidades citadas. Desta forma, o projeto insere-se no contexto onde todo um sistema ferroviário anterior ainda apresenta reminiscências que logo desapareceriam, ou que pelo menos se veria consideravelmente reduzido.

A documentação também acrescenta potencialidades importantes para a História Institucional, mostra-nos um momento político onde o Conselho Nacional de Cultura é ainda uma estrutura relativamente simplificada, a ponto do próprio proponente do Projeto, Paschoal Carlos Magno, poder idealizar um Projeto, apresentá-lo a um Conselho que ele mesmo dirige e obter a sua aprovação praticamente imediata, sem atravessar meandros institucionais. Mais tarde, conta-nos a História Institucional e Política posterior, o Conselho Nacional de Cultura seria reapropriado pela Ditadura Militar e adquiriu novas funções e modos de organização no âmbito institucional da educação e da Cultura, com o nome de Conselho Federal de Cultura.

Sob a perspectiva da História Cultural, a documentação também apresenta potencialidades importantes para a análise das políticas culturais. Paschoal Carlos Magno mostra-se aqui (com o projeto Trem /Caravana da Cultura), um precursor das chamadas “lonas culturais” – apresentações culturais que são levadas pela prefeitura do Rio de Janeiro (começou na década de 90) com parceria até do Governo de estado, a localidades que não apresentam espaços culturais. Esta idéia, bem concretizada nas políticas culturais das últimas décadas, é certamente uma novidade para nossa época, e neste sentido deve ser considerado um evento importante no âmbito da História das Políticas Culturais. É claro que, se devem clarificar as devidas diferenças e proporções, existentes não só no âmbito temporal como ideológico de tal comparação com as Lonas culturais.

As autoras Rejane Calazans e Márcia Ferran²⁰ abordaram o papel inovador do projeto cultural Lonas Culturais no Rio de Janeiro e no Recife. Rapidamente enfocamos o exemplo peculiar que foi esta experiência inovadora e de inclusão social para realidade dos subúrbios do Rio de Janeiro, excluídos no mapa cultural, estas partes do Rio de Janeiro foram lembradas graças a estas Lonas que levavam toda sorte de espetáculos culturais.

A documentação do Arquivo CFC/Minc (Gaveta do Conselho Nacional de Cultura) referente ao Projeto Trem/Caravana da Cultura também investe em um conceito de Museologia/Museografia que não é totalmente novo, mas bastante ousado – a idéia de que pode existir um museu itinerante, isto é, a de que a prática museológica não precisa estar necessariamente atrelada a um prédio estabelecido e imobilizado definitivamente como única forma de materialização do acesso ao patrimônio e à memória transmissível pela cultura material e pelas obras de arte. Neste sentido, percebe-se que a documentação também

²⁰ RUBIM, Antonio Albino Canelas e CARVALHO, Cristina Amélia Pereira. *Percepções - Cinco questões sobre Políticas Culturais*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010. “O projeto Lonas Culturais ‘carrega a bandeira’ de ‘instrumento de transformação social’. Para o poder público, a visão desse instrumento se reveste de uma concepção utilitarista da cultura como serviço social. Ao se propor como ‘instrumento de transformação social’, o projeto se insere em medidas compensatórias do Estado, as quais pressupõem uma premência de mudança na periferia carente e violenta. Bairros como Bangu, Realengo e Anchieta, no Rio de Janeiro, são exemplos marcantes de ‘lugares-problemas’, onde a construção da Lona Cultural é investida de uma função social por parte do poder público.” p.47

interessará aos estudiosos de Patrimônio Cultural, Memória Social e Museologia, para além dos historiadores culturais.

Do ponto de vista de uma confluência entre a História Política e a História Cultural, a documentação revela-nos um projeto bem afinado com as estratégias populistas que assinalaram toda uma época na história do Brasil, apresentando-nos um Projeto monumental e voltado para a dimensão espetacular, destinado a atrair atenções para realizações culturais do Governo João Goulart. Chama atenção a escolha, um tanto aleatória, dos elementos culturais a serem apresentados, mostrando o caráter voluntarista do Projeto, que se baseou exclusivamente nas idéias originais do seu idealizador (Paschoal Carlos Magno) sem serem submetidas a um estudo sistemático de pesquisadores da área, durante o processo e posteriormente.

Assim, por exemplo, seria de se perguntar no âmbito de uma História Cultural, o porquê da escolha de determinados escritores para representar a Literatura Brasileira, por exemplo, e não outros. Por que não Lima Barreto ou Carlos Drummond de Andrade (este último foi participante do Conselho nacional de Cultura), por exemplo? O Projeto mostra-nos estar baseado em um quadro de referências históricas /artísticas e preferências literárias do próprio idealizador do Projeto, sem ser submetido a uma equipe de estudiosos que posteriormente aprimorasse as escolhas no sentido de compor um panorama mais sistemático da Literatura Brasileira ou da Arte Brasileira.

Se aparecem autores importantes das Letras Nacionais, como Rui Barbosa ou Machado de Assis, outros ficam de fora, como Lima Barreto, Graciliano Ramos ou mesmo Guimarães Rosa, um autor relativamente recente nesta época, mas certamente já importante no cenário nacional. A escolha quase aleatória de nomes da Literatura não é característica isolada do Projeto, e o mesmo poderia ser estendido aos vagões das Artes Visuais e da Música. Temos aqui os indicativos de como funcionava a instituição de políticas culturais neste contexto-histórico do Brasil populista.

De todo modo, eis aqui uma documentação importante para a História das Políticas Públicas voltadas para a cultura e para a compreensão da confluência entre a História Cultural e a História Política de todo um período sócio-político que abarcou a história do projeto Trem/Caravana da Cultura. Fazer este gesto de retomada de lembrança de todo este contexto histórico que engloba a descoberta deste projeto cultural dos anos 60 é adentrar no âmbito da memória social.

Fontes documentais:

ARQUIVO CFC/MINC. Gaveta do Conselho Nacional de Cultura/Mec. Processo: 115/62.

ARQUIVO CFC/MINC. Gaveta do Conselho Nacional de Cultura/Mec. Recorte de Jornais. "Trem da Cultura levará exposições ao interior". Jornal Tribuna da Imprensa - R J/1962.

ARQUIVO CFC/MINC. Gaveta do Conselho Nacional de Cultura/Mec. Recorte de Jornais. "Sete Vagões no trem da Cultura". Jornal do Comercio/RJ-1962.

ARQUIVO CFC/MINC. Gaveta do Conselho Nacional de Cultura/Mec. Processo: 206723/66, Pasta: 1 (listagem/número: 33). Relatório: Projeto Trem da Cultura e o Caravana da Cultura.

FUNARTE – CEDOC. Recorte de Jornais. “A barca do poeta”. Revista Veja/RJ -1974.

Bibliografia

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório: páginas de diário/ Carlos Drummond de Andrade*. – Rio de janeiro: Record, 1985.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: EDUSP, 1987.

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: Funarte e política cultural -1976-1990*. Rio e Janeiro: Minc/FCRB,2000.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Coleção Textos Nômades; n.2. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2005

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*.São Paulo:Edusp, 2008;13ºed.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e Sandra C. A. Pelegrini. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GRACIARENA, Jorge. *Poder y classes sociales em El desarollo de América Latina*. Buenos Aires/Paidós. 1967

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Campus, 2005; 9ºed.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. RJ/Brasília: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória,1985.

NORA, Pierre. *Lês Lieux de Mémoire*. Vol. 1. La Republique.Paris,Gallimard,1984

RUBIM, Antonio Albino C. & BARBALHO (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007

RUBIM, Antonio Albino Canelas e CARVALHO, Cristina Amélia Pereira. *Percepções - Cinco questões sobre Políticas Culturais*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991-2000. 2v.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.